
Tréplica - O Brazil Tá Matando o Brasil⁽¹⁾

Brazil is Killing Brasil

Sueli Goulart*

Doutora pela UFPE.
Professora da EA/UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil.

Cristina Amélia Carvalho

Doutora pela Universidad de Córdoba, Espanha.
Professora do PROPAD/UFPE, Recife/PE, Brasil.

*Endereço: Rua Duque de Caxias, 1531, apto. 53, Centro, Porto Alegre/RS, 90010-283.
E-mail: sueligoulart@uol.com.br

Há alguns anos vimos abordando os temas que aqui foram expostos a debate (Carvalho & Goulart, 2007; Carvalho, Goulart, & Andrade, 2005; Goulart, 2006, 2007) em diferentes veículos e contextos. Mas esta é a primeira vez que podemos contar com um efetivo debate e com uma exposição como a que propicia esta Revista. Agradecemos ao editor geral da RAC, aos editores da seção Documentos e Debates e aos debatedores convidados, pela disponibilidade em acolher e contribuir para a discussão das questões que abordamos. Essas contribuições nos estimularam a apresentar a réplica que segue e continuar a refletir sobre a temática⁽²⁾.

Aliás, foi com grande satisfação que recebemos a notícia de inclusão da RAC na Scientific Electronic Library Online [SciELO], no intervalo de tempo que transcorreu entre a elaboração da primeira versão do texto submetido ao debate e esta réplica. Sabemos do longo e exigente processo para credenciamento a ser cumprido pelos periódicos que desejam integrar-se à biblioteca eletrônica SciELO que, como dissemos no primeiro texto deste debate, é uma das mais bem sucedidas iniciativas brasileiras de alcance internacional para a disseminação e o controle da produção acadêmico-científica que, além da qualificação dos títulos, garante o acesso livre às publicações.

Nessa mesma direção vem a notícia do lançamento, em 27 de março último, da Incubadora de Revistas Científicas Digitais [INSEER], serviço gratuito disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica [IBICT], do Ministério da Ciência e Tecnologia, que viabilizará a geração e consolidação de periódicos digitais. O IBICT oferecerá tanto o *software* para gerenciamento das publicações como armazenará as revistas científicas em seus servidores até que estas possam criar suas próprias estruturas de acesso e preservação. Hélio Kuramoto, Coordenador Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados do IBICT, um dos debatedores desta seção e responsável por esse projeto, afirma que o INSEER “tem o objetivo expresso de apoiar e estimular a construção e manutenção de revistas científicas de acesso livre na internet” (Marshall, 2008).

Esse projeto é claramente mais uma ação para maximizar a visibilidade da pesquisa, em sintonia com o argumento que Kuramoto defendeu no texto que compõe esta seção, no que respeita ao acesso livre. Essas notícias parecem vir ao encontro do argumento principal de Paulo Prochno, ao refletir sobre a necessidade de disseminação do conhecimento que produzimos.

Se em um dos debatedores encontramos uma convergência explícita de entendimento sobre a importância do acesso livre, em outro encontramos

complementaridade em alguns pontos e provocações em outros, particularmente no tocante ao tema da internacionalização. Procuraremos explorar um pouco mais esse tema, a partir das ponderações de Paulo Prochno.

Em primeiro lugar não defendemos **ficar num canto, cercado somente das pessoas que pensam de forma parecida**, pois, assim como Prochno, consideramos importante criar **diálogos com o que é feito em outros países – mesmo numa posição de antagonismo**. Mas, não consideramos esta a **função mais importante de um acadêmico**; já nos expressamos a este respeito por meio das palavras de Ferreira Gullar e agora reafirmamos por intermédio das palavras de Celso Furtado que “no Brasil, o que nos interessa em particular não é tanto a ciência em si, mas a relevância da investigação científica que nos permite decifrar esse teorema apaixonante que é a construção deste país continental” (Furtado, 2003).

Submeter-se a este debate, assim como fizemos em diversas outras ocasiões, como já referimos no início deste texto, é um exemplo da prática do diálogo que todos defendemos na medida em que oferecemos nossos pontos-de-vista e argumentos para serem confrontados com pessoas que, eventualmente, defendam posições contrárias.

O diálogo com pesquisadores de outros países é, certamente, fundamental, mas desde uma posição há tempos defendida por Ramos (1965, pp. 81-82), na noção de redução sociológica que “[...] é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades”.

Deste modo, concordamos com a idéia de que, enquanto nos mantivermos externamente orientados, referidos a um centro dominante, perpetuando nossa condição periférica, careceremos da condição mesma que nos habilitaria à prática da redução, que constitui uma descolonização das idéias.

Esta preocupação não nos é exclusiva. Já foi expressa por outros pesquisadores brasileiros que, em sua avaliação a respeito da qualidade da produção científica brasileira em Administração, consideraram-na tanto insuficiente nos aspectos teóricos e metodológicos, como na falta de originalidade e na prática de “mimetismo mal informado” (Bertero, Caldas, & Wood, 1999).

Quando falamos em **pertinência sócio-cultural** referimo-nos, ainda que de outra maneira, a essa cópia mal feita que Carlos Osmar Bertero, Miguel Caldas e Thomas Wood Jr. apontaram. Assim, a exposição ao diálogo com o exterior é,

para nós, extremamente relevante, mas em outro sentido. Nosso propósito não é ter maneiras mais fáceis de levar nossa idéia para um público mais amplo possível ou publicar em periódicos **considerados ‘A’ pela comunidade internacional**, sem considerações com os aspectos ideológicos que são inerentes à produção e circulação do conhecimento.

O trabalho do intelectual é orientado por perguntas fundamentais: o que estudar, por que, para que e para quem? E, a partir da busca por respostas possíveis, experimentar todas as conexões de que formos capazes e que respondem ao que pretendemos.

Cada um de nós tem um posicionamento diante do mundo. Como e onde se situa no mundo. Cada um de nós, portanto, tem uma visão do mundo, do que nele aprecia, do que nele incomoda e o que nele quer, como intelectual, mudar. Não ter consciência disso é uma limitação que pode ser superada pela aprendizagem. Mas não ter posição nenhuma é impossível, pois o ofício do intelectual é gerar idéias e produzir teorias que orientem a prática na qual ele está imerso. Isto nos orienta como intelectuais e acadêmicos quer queiramos quer não, seja na escolha do que nos interessa estudar, de como o fazemos (que teorias, que métodos), e para que e para quem o fazemos.

Neste ponto se situa a principal provocação que nos entusiasmos para seguir o debate nesta tréplica: porque tanto interesse em desideologizar a administração? Por que tratar todas as opções como se formassem o rumo natural, o único possível e não alternativas a partir de posições diferentes?

Na década de 70, Maurício Tragtenberg já não deixava dúvidas, quando afirmou que

A Teoria Geral da Administração é ideológica, na medida em que traz em si a ambigüidade básica do processo ideológico, que se vincula às determinações sociais reais enquanto técnica por mediação do trabalho e se afasta dessas determinações sociais reais, compondo-se um universo sistemático organizado, refletindo deformadamente o real, enquanto ideologia (Tragtenberg, 1974, p. 89).

O autor via na defesa da técnica e da inquestionável ‘qualidade’ que a ela é atrelada, um critério de verdade ideológico. Quando a academia aceita tranquilamente a pauta dada pelas **escolas de excelência** e **periódicos A**, sem refletir sobre quem assim os definiu, e desde que posição; sobre a **melhora do conhecimento** sem questionar quem o constrói e a quem ele serve e; sobre a **reconhecida competência** de acadêmicos sem prestar atenção às teorias e

temas que escolhem, ela está, precisamente, comportando-se ideologicamente não só ao fazer opções, como, ao recusar que elas o são.

Temos consciência, ao escrevermos estas linhas, que alguns se perguntarão se não estamos ‘**procurando chifre em cabeça de cavalo**’, se não estamos pintando o mundo com cores sombrias e, pior, desqualificando nossa área acadêmica desde uma posição de crítica destrutiva. Asseguramos que não! Longe nós tal propósito que não teria sentido. Pretendemos chamar a atenção para o que não aparece, o que está oculto, e afirmar que o que parece natural (dado como certo e único) é, na verdade, a opção daqueles que têm palco (porque definem as regras do jogo: linhas editoriais, critérios de avaliação, temas em congressos, linhas de pesquisa, temáticas induzidas pelas agências de financiamento, escopo das disciplinas nos históricos escolares etc.) para afirmar e reafirmar à sociedade que tudo não representa mais do que uma rede de ajuda. A tautologia aqui tem a pretensão de garantir a reprodução *ad aeternum*.

É claro que a posição que assumimos não é a forma mais fácil de se posicionar na área; mas é, em nosso entender, a forma menos obscurecida de entender as relações que permeiam a academia e o fazer científico como determinações sociais reais que são.

Ao propormos uma leitura geopolítica do campo científico nosso propósito foi, portanto, o de explicitar a dimensão político-ideológica que permeia o fazer acadêmico, contextualizado pelas relações de poder que dão forma ao mundo moderno. Nossa reflexão está voltada para uma inserção internacional sim, sem nenhuma dúvida, mas uma inserção posicionada a partir de nossa realidade periféricamente situada, porque, recorrendo a **uma das tradições de pensamento em nossa área**, “a colônia é, por definição, instrumento da metrópole. Quando, porém, um povo passa a ter projeto, adquire uma individualidade subjetiva, isto é, vê-se a si mesmo como centro de referências” (Ramos, 1965, p. 71).

Em 2006, um grupo de pesquisadores brasileiros, inspirados livremente em Guerreiro Ramos, enfrentou o desafio de propor um tema direcionador a um de nossos principais eventos – o Encontro de Estudos Organizacionais [ENEO] – realizado em Porto Alegre. A frase que identificou a chamada de trabalhos foi **Apropriando teoria e prática, deslocando o centro**. O volume e a qualidade dos trabalhos apresentados durante o evento somado ao crescente interesse por autores brasileiros notado em nossos espaços de ensino e pesquisa são indicativos do êxito no resgate de nossas referências e na possibilidade de geração de pensamento e projetos autonomamente determinados.

Quanto ao tema do acesso a publicações, a facilidade mencionada inscreve-se numa perspectiva individualista e ignora que as principais bases de dados disponíveis para os pesquisadores são pagas pelo Governo brasileiro com recursos do Tesouro Nacional. Como professoras de universidades públicas federais e bolsistas de agências nacionais para a qualificação e para desenvolvimento de pesquisa, não temos o direito de ignorar esse fato e de não nos preocupar com isso. Como apontamos em nosso texto de base, há altos custos envolvidos na manutenção das assinaturas e poderosos *lobbies* que pressionam para a inclusão desse ou daquele título ou base de dados no Portal de Periódicos da CAPES, por exemplo. A título de ilustração, relataremos, brevemente um acontecimento recente que descreve um dos modos pelos quais os grandes editores interferem nesse processo.

Em julho de 2007, o crescimento da produção científica e tecnológica brasileira foi comemorada pelo presidente da CAPES e largamente divulgada na imprensa. O Brasil atingiu a 15ª posição na lista de países que mais publicam artigos científicos no mundo, numa lista de 30, subindo duas posições em relação a 2005. Esse *ranking*, produzido com base nos serviços da Thomson/ISI, mostra que os Estados Unidos continuam dominando a cena, responsáveis por cerca de 32% da produção científica mundial, seguidos pela Alemanha, com 8,1% (CAPES, 2007). A notícia foi divulgada, no *site* da CAPES, no dia 10 de julho de 2007. No dia 11, o gerente regional da Thomson Scientific para a América do Sul encaminhou mensagem eletrônica a centenas de profissionais de bibliotecas universitárias, relacionando o feito à disponibilização de “bases de dados de primeira linha através do Portal da CAPES”. Segue afirmando a autoridade da empresa que representa, no fornecimento de indicadores quantitativos e qualitativos que auxiliam “o entendimento da dinâmica da ciência e da tecnologia” que “funciona também como instrumento para o planejamento de política, e tomada de decisões”. Finaliza solicitando aos destinatários de sua mensagem que manifestem apoio, junto à CAPES, para a “aquisição das ferramentas, Journal Citation Report, Essential Science Indicators e Century of Science” (J.C. Santos, Comunicação Pessoal, 11 julho 2007).

Gostaríamos de aproveitar para esclarecer porque afirmamos a sofisticação enganosa de ferramentas como o Google. Não o consideramos uma ferramenta tosca mas, pelo contrário, sofisticada, embora enganosa, se o usuário não souber como funciona o algoritmo que o administra. Não nos deteremos nos detalhes⁽³⁾, mas é importante alertar que uma das características mais importantes do algoritmo do Google é seu sistema de ranqueamento. Esse sistema se baseia num processo automatizado que determina a posição de cada resultado de busca. Em linhas gerais, o processo assim se caracteriza:

-
- . O sistema assinala uma posição ou nota a cada resultado de busca. Quanto maior a nota, mais alta sua posição na lista de resultados.
 - . As notas são determinadas, em parte, pelo número de outras páginas de *Web* com *links* para a página visada. Cada *link* é contado como um voto para a página.
 - . Nem todos os votos têm o mesmo valor. Os votos de páginas de alta popularidade na *Web* contam mais do que os votos de *sites* de baixa popularidade.
 - . Quanto mais *links* uma página de *Web* oferece, mais diluído seu poder de votação.

Por fim, a eficiência não deveria ser o aspecto mais importante a nortear o diálogo entre os pesquisadores de diferentes países, mas sim o respeito à diversidade das realidades e a disposição para compartilhar achados e experiências que permitam construir conhecimento a partir de preocupações autóctones.

Não se trata de inventar de novo a roda, mas de dizer como a fazemos funcionar em nosso canto do mundo; reconhecê-lo será um enriquecimento para o mundo da roda e um passo a mais no conhecimento de nós mesmos (Santos, 2002, pp. 51-52).

E aqui retomamos também a suposta neutralidade do idioma; o idioma não é reconhecido como dominante ou ‘padrão’ por sua bela sintaxe ou por mera evolução dos tempos, mas porque é um instrumento privilegiado de dominação que aporta toda a carga simbólica e ideológica que, mais do que universalizar a troca de conhecimentos, induz o modo de pensar de uma referência histórica, política, geograficamente situada.

Como homenagem e reconhecimento a um intelectual Brasileiro, encerramos com as lúcidas palavras de Milton Santos (2002, p. 52) que traduzem plenamente o que pensamos:

Ser internacional não é ser universal, e para ser universal não é necessário situar-se nos centros do mundo. Inclusive pode-se ser universal ficando confinado à sua própria língua, isto é, sem ser traduzido. Não se trata de dar as costas à realidade do mundo, mas de pensá-la a partir do que somos, enriquecendo-a universalmente com as nossas idéias; e aceitando ser, desse modo, submetidos a uma crítica universalista e não propriamente européia ou norte-americana.

NOTAS

¹ Verso da música “Querelas do Brasil” de Maurício Tapajós e Aldir Blanc.

² Agradecemos as críticas e sugestões de Marcelo M.F. Vieira, Rosimeri Carvalho da Silva e Maria Ceci Misoczky aos nossos textos.

³ O detalhamento das informações pode ser encontrado nos endereços:

<http://informatica.hsw.uol.com.br/algorithm-googlegl.htm>

<http://informatica.hsw.uol.com.br/algorithm-googlegl.htm>

<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=010150030523>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bertero, C. O.,
Caldas, M. P., &
Wood, T., Jr. (1999).

Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.

Carvalho, C. A., &
Goulart, S. (2007).

Deslocar o centro do campo científico a partir das estratégias de internacionalização e acessibilidade da produção do conhecimento. *Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, PE, Brasil, 13.

Carvalho, C. A.,
Goulart, S., &
Andrade, J. A. (2005, setembro).

Internacionalização subordinada. É possível subverter as regras do jogo! *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Brasília, DF, Brasil, 29.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2007).

Brasil sobe duas posições no ranking da produção científica. Recuperado em 22 julho, 2007, de http://www.capes.gov.br/servicos/salaimprensa/noticias/noticia_0709.html

Furtado, C. (2003).

Discurso de posse dos novos acadêmicos em 2003. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências. Recuperado em 16 setembro, 2007, de http://www.abc.org.br/arquivos/p03_furtado.html

Goulart, S. (2006).

Acesso livre a publicações científicas: perspectivas e desafios para os pesquisadores brasileiros em Administração. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 4(3), 125-135. Número Especial IV EnEO. Recuperado em 05 fevereiro, 2008, de <http://www.gestaoorg.dca.ufpe.br>

Goulart, S. (2007).

A comunidade científica brasileira e o desafio de democratizar o acesso ao conhecimento. *Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Santo Domingo, 12.

Marshall, L. (2008).

Revistas acadêmicas migram para a web. Brasília: IBICT. Recuperado em 06 abril, 2008, de <http://www.ibict.br/noticia.php?id=474>

Ramos, G. A. (1965).

A redução sociológica (2a ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Santos, M. (2002).

O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha.

Tragtenberg, M. (1974).

Burocracia e ideologia. São Paulo: Ática.